Governantes do Ceará
Colônia, Império e República

Osmar Diógenes*

Este texto apresenta-se como complemento ao trabalho de nossa lavra publicado na Revista do Instituto do Ceará, ano 2015, n.º 129, sob o título "Presidentes, Governadores e Interventores do Estado do Ceará", e trata-se de sucinto registro de nomes e datas das administrações dos governantes do Ceará, do Período Colonial aos dias atuais.

Capitães-mores e Governadores da Capitania

A efetiva colonização do Ceará pelos portugueses só ocorreu a partir da segunda metade do século XVII, apesar das incursões lusas nas terras ditas do "Siará Grande", no começo desse mesmo século.

Entre os séculos XVII e XVIII, o Ceará não ocupou um lugar de destaque no processo de colonização das terras do Brasil. Isso pode ser explicado pelo fato de a Capitania do Ceará somente ter se tornado autônoma em 1799: entre 1621 e 1656, o Ceará esteve vinculado ao chamado Estado do Maranhão e do Grão-Pará, separado do Estado do Brasil; e, de 1656 a 1799, encontrou-se vinculado a Pernambuco, como Capitania subalterna.

Enquanto Capitania secundária, o Ceará foi governado por um administrador subordinado a Pernambuco, designado, por Carta Régia, para um período de três anos: o Capitão-mor governador.

Após a autonomia, em 1799, a Capitania do Ceará passou a ser administrada por Governadores, em substituição aos capitães-mores do período anterior.

A chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, alterou as estruturas administrativas da antiga Colônia, inclusive no que concerne ao âmbito das Capitanias. Nesse contexto de mudanças,

* Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

> "os capitães e governadores foram extintos em decorrência dos acontecimentos iniciados com a Revolução do Porto em 1820, quando, após a instituição das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, uma série de medidas foi tomada no sentido de limitar a autonomia adquirida pela Colônia a partir de 1808. Além do regresso do rei e a determinação de extinção de vários tribunais instalados no Brasil, as Cortes ordenaram que se constituíssem Juntas Provisórias de Governo e Governadores das Armas, subordinados diretamente a Portugal com o fim de controlar o governo das Capitanias, que, naquele momento passaram a ser chamadas de Províncias. A primeira junta instituída no lugar do capitão e governador foi a de Pernambuco, em 1º de setembro de 1821. Um mês depois, o decreto de 1º de outubro determinou a constituição de juntas em todas as outras províncias."[1]

Presidentes da Província

Em 28 de fevereiro de 1821, as Capitanias tornaram-se províncias, e assim permaneceram durante todo o Período Imperial brasileiro. Seus administradores – denominados "Presidentes de província", cuja Lei de criação do cargo data de 20 de outubro de 1823 – eram nomeados diretamente pelo Imperador do Brasil, de acordo com a Constituição do Império do Brasil de 1824, artigo 165.

O Presidente da província não tinha um mandato, podendo ser exonerado ou pedir afastamento, à revelia. Principalmente devido a essa possibilidade concreta de falta do dirigente diretamente subordinado ao Imperador e seu ministério, eram escolhidos, pela Assembleia Provincial, vice-presidentes de província, teoricamente aptos a exercer interinamente o cargo vago até que um novo presidente fosse nomeado por Carta Imperial e assumisse o cargo.

Presidentes, Interventores e Governadores do Estado

Às seis horas da noite, o jornal Diário da Tarde, editado no Rio de Janeiro, publicava a seguinte matéria: "A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode se considerar finda a Monarquia".[2] Estava, assim, proclamada a República e o fim da Monarquia no Brasil.

---

[1] CAMARGO, Angélica Ricci. Capitão e Governador de Capitania. Disponível em: < http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4861>. Acesso em: 30 ago. 2016.

[2] COSTA, Cruz. Pequena História da República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

A primeira comunicação no Ceará sobre o fato foi trazida pelo fio (telégrafo) para importante casa comercial, cujo chefe, em pessoa, a levara ao Presidente da Província, coronel Moraes Jardim, o qual, como medida acauteladora, convocou uma reunião em palácio para comunicar às autoridades o teor da notícia recebida.

No dia seguinte, 16 de novembro, às duas horas da tarde, teve lugar no Passeio Público um grande encontro reunindo defensores e simpatizantes da causa republicana. No ato, foi designado o Sr. Manuel Bezerra de Albuquerque para levar ao presidente da Província, coronel Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim a aclamação do novo governador do Estado do Ceará, o tenente coronel Luiz Antonio Ferraz, então comandante do 11º Batalhão de Infantaria.

Logo em seguida, o coronel Ferraz, em passeata, foi conduzido à sede do governo ao som festivo da banda de música do batalhão sob seu comando. Assim, instalou-se, sem qualquer reação, a República no Ceará.

Após a Proclamação da República, em 1889, seguindo as normativas das primeiras leis republicanas, os administradores dos Estados (antes Províncias) passaram a ser denominados Presidentes de Estado, até a Revolução de 1930. O termo "governador" aparece na primeira Constituição Estadual do Ceará, de 16 de junho de 1891, substituído no ano seguinte na nova Constituição do Ceará, de 12 de julho de 1892, por "presidente". As Constituições Estaduais posteriores, de 1921 e 1925, mantiveram a denominação "Presidente de Estado". Somente com a Constituição Estadual de 1935, o termo Governador de Estado foi estabelecido definitivamente, vigorando até hoje.

Apesar da perspectiva constitucional e da designação das leis, as práticas políticas adiaram por um tempo a administração dos Estados pelos Governadores. Durante o primeiro Governo Vargas, da Revolução de 1930 ao fim do Estado Novo, em 1945, o Governo central designou Interventores federais de sua confiança, para administrar os Estados. Não houve, portanto, Governadores nesse período. Somente após 1945, com o processo de redemocratização, os Estados foram de fato administrados por Governadores eleitos pela população.

CRONOLOGIA[3]

COLÔNIA

Capitães-mores do Ceará colonial

- Pero Coelho de Sousa (1603-1605)
- Martim Soares Moreno (1611-1613)
- Estevão de Campos Moreno (1613-1614)
- Manuel Brito de Freire (1614-1617)
- Domingos Lopes Lobo (1617-1619)
- Domingos da Veiga Cabral (1631)

Capitães-mores do Ceará colonial – Ceará subordinado ao Maranhão e Grão-Pará

- Martins Soares Moreno (1619-1631)
- Domingos da Veiga Cabral (1631)
- Bartolomeu de Brito Freire (1637)
- Estevão de Campos Moreno (1644)
- Diogo Coelho de Albuquerque (1645-1654)
- Álvaro de Azevedo Barreto (1654-1655)
- Domingos de Sá Barbosa (1655-1659)

Capitães-mores do Ceará colonial – Ceará subordinado a Pernambuco

- Antônio Fernandes Mouxica (1659-1660)
- Diogo Coelho de Albuquerque (1660-1663)
- João de Mello de Gusmão (1663-1666)
- Jorge Correia da Silva (1666-1673)
- João Tavares de Almeida (1673-1677)

[3] Alguns nomes e datas de governantes do Ceará apresentam variações em diferentes referências. Optamos, nesta publicação, por adotar uma junção, com algumas alterações, das listas de governantes apresentadas no Anuário do Ceará (2016-2017),

- Manuel Pereira da Silva (1677-1678)
- Sebastião de Sá (1678-1682)
- Luiz da Fonseca (1678)
- Bento Correia de Figueiredo (1678-1681)
- Bento de Macedo de Farias (1681-1684)
- Sebastião de Sá (1684-1687)
- Tomás Cabral de Olival (1688-1693)
- Fernão Carrilho (1693-1694)
- Pedro Lelou (1694-1695)
- Fernão Carrilho (1695-1696)
- João de Freitas da Cunha (1696-1699)
- Fernão Carrilho (1699)
- Francisco Gil Ribeiro (1699-1702)
- Jorge de Barros Leite (1702-1704)
- João da Mota (1704-1705)
- Gabriel da Silva Lago (1705-1708)
- Governo interino da Câmara de Fortaleza (1708-1710)
- Francisco Duarte de Vasconcelos (1710-1713)
- Plácido de Azevedo Falcão (1713-1715)
- Manuel da Fonseca Jaime (1715-1718)
- Salvador Álvares da Silva (1718-1721)
- Manuel Francês (1721-1727)
- João Baptista Furtado (1727-1731)
- Leonel de Abreu e Lima (1731-1735)
- Domingos Simões Jordão (1735-1739)
- Francisco Ximenes de Aragão (1739-1743)
- João de Teive Barreto e Menezes (1743-1746)
- Francisco de Miranda da Costa (1746-1748)
- Pedro de Morais Magalhães (1748-1751)
- Luís Quaresma Dourado (1751-1755)
- Francisco Xavier de Miranda Henriques (1755-1759)
- João Baltasar de Quevedo Homem de Magalhães (1759-1765)
- Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1765-1781)
- João Baptista de Azevedo Coutinho de Montaury (1782-1789)
- Luiz da Motta Féo e Torres (1789-1799)

Governadores do Ceará autônomo

- Bernardo Manuel de Vasconcelos (1799-1802)
- João Carlos Augusto d'Oeynhausen e Gravenburg (1803-1807)
- Luiz Barba Alardo de Menezes (1808-1812)
- Manuel Inácio de Sampaio (1812-1820)
- Francisco Alberto Rubim (1820-1821)
- Governo provisório: Francisco Xavier Torres, Adriano José Leal e Henrique José Leal (1821-1822)

IMPÉRIO

- Junta provisional: Ouvidor José Raimundo Passos de Porbém Barbosa, José de Castro e Silva e outros (1822-1823)
- Governo provisório: José Pereira Filgueiras (1823)
- Junta governativa: Francisco Pinheiro Landim (1823-1824)

Presidentes da Província

- Pedro José da Costa Barros (1824)
- Tristão Gonçalves de Alencar Araripe (1824)
- José Felix de Azevedo e Sá (1824)
- Pedro José da Costa Barros (1824-1825)
- José Felix de Azevedo e Sá (1825-1826)
- Antônio Salles Nunes Belfort (1826-1829)
- Manuel Joaquim Pereira da Silva (1829-1830)
- José de Castro e Silva (1830-1831)
- José Mariano de Albuquerque Cavalcante (1831-1833)
- Ignácio Correia de Vasconcelos (1833-1834)
- José Martiniano de Alencar (1834-1837)
- Manuel Felizardo de Sousa e Mello (1837-1839)
- João Antônio de Miranda (1839-1840)
- Francisco de Sousa Martins (1840)
- José Martiniano de Alencar (1840- 1841)
- José Joaquim Coelho (1841-1843)
- José Maria da Silva Bitencourt (1843- 1844)
- Ignácio Corrêa Vasconcelos (1844- 1847)
- Casimiro José de Moraes Sarmento (1847-1848)
- Fausto de Augusto de Aguiar (1848-1850)

- Ignácio Francisco Silveira da Motta (1850-1851)
- Joaquim Marcos de Almeida Rego (1851-1853)
- Joaquim Vilela de Castro Tavares (1853-1854)
- Padre Vicente Pires da Mota (1854-1855)
- Francisco Xavier Paes Barreto (1855-1857)
- João Silveira de Sousa (1857-1859)
- Antônio Marcelino Nunes Gonçalves (1859-1861)
- Manuel Antônio Duarte de Azevedo (1861-1862)
- José Bento da Cunha Figueiredo Júnior (1862-1864)
- Lafayette Rodrigues Pereira (1864-1865)
- Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello (1865-1866)
- João de Sousa Melo e Alvim (1866-1867)
- Pedro Leão Velloso (1867-1868)
- Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque (1868-1869)
- João Antônio de Araújo Freitas Henriques (1869-1870)
- José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1871)
- Conselheiro José Antônio Calazans Rodrigues (1871-1872)
- Comendador João Wilkens de Mattos (1872)
- Francisco de Assis Oliveira Maciel (1872-1873)
- Francisco Teixeira de Sá (1873-1874)
- Heráclito de Alencastro Pereira da Graça (1874-1876)
- Francisco de Farias Lemos (1876-1877)
- Caetano Estelita Cavalcante Pessoa (1877)
- João José Ferreira Aguiar (1877-1878)
- José Júlio de Albuquerque Barros (1878-1880)
- André Augusto de Pádua Fleury (1880-1881)
- Pedro Leão Velloso (1881-1882)
- Sancho de Barros Pimentel (1882)
- Domingos Antônio Raiol (1882-1883)
- Sátiro de Oliveira Dias (1883-1884)
- Carlos Honório Benedito Ottoni (1884-1885)
- Conselheiro Sinval Odorico de Moura (1885)
- Miguel Calmon du Pin e Almeida (1885-1886)
- Joaquim da Costa Barradas (1886)
- Enéas de Araújo Torreão (1886-1888)
- Antônio Caio da Silva Prado (1888-1889)
- Henrique Francisco d' Ávila (1889)
- Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim (1889)

REPÚBLICA

- Luiz Antônio Ferraz. Coronel do Exército. 16 de novembro de 1889 a 09 de janeiro de 1891
- João Cordeiro. Comerciante. 1º Vice-Governador. Assumiu 18 de fevereiro a 10 de março, e 09 de janeiro de 1891.
- Benjamin Liberato Barroso. Capitão de Engenharia. 2º Vice--Governador. 22 de janeiro a 06 de abril de 1891
- Feliciano Antônio Benjamin. 1º Vice-Governador. Ten. Cel. Engenheiro. 06 de abril a 07 de maio de 1891.
- José Clarindo de Queiroz. General de Divisão. 29 de maio de 1891 a 17 de janeiro de 1892.
- José Freire Bizerril Fontenele. Tenente Coronel de Engenharia. Comandante da Guarnição Federal e da Escola Militar. Assumiu "manu-militari" pela deposição de Clarindo de Queiroz.
- Benjamin Liberato Barroso. Major de Engenharia. 1º Vice-Governador. 18 de fevereiro a 12 de julho de 1892.

Presidentes do Estado

- Antonio Pinto Nogueira Acióli. Magistrado. 1º Vice-Presidente, eleito pelo 2º Congresso Constituinte. 12 de julho a 27 de agosto de 1892.
- José Freire Bizerril Fontenele. Coronel do Exército. 27 de agosto de 1892 a 12 de julho de 1896.
- Senador Antonio Pinto Nogueira Acióli. 12 de julho de 1896 a 12 de julho de 1900.
- Pedro Augusto Borges. Médico Militar. 12 de julho de 1900 a 12 de julho de 1904.
- Antonio Pinto Nogueira Acióli. 12 de julho de 1904 a 10 de março de 1908.
- José Pompeu Acióli. 1º Vice-Presidente. 07 de novembro de 1907 a 28 de fevereiro de 1908
- Tibúrcio Gonçalves de Paula. Agricultor e Criador. Vice-Presidente. 10 de março a 12 de julho de 1908.
- Antonio Pinto Nogueira Acióli. 12 de julho de 1908 a 24 de janeiro de 1912, quando foi deposto.

- Belisário Cícero Alexandrino. Presidente da Assembleia. Funcionário Público. 18 de março a 17 de julho de 1910.
- Antonio Frederico de Carvalho Mota. Comerciante. 24 de janeiro a 12 de julho de 1912.
- Marcos Franco Rabelo. Tenente Coronel de Engenharia. 14 de julho de 1912 a 14 de março de 1914, quando deposto.
- Fernando Setembrino de Carvalho (Interventor). Coronel de Engenharia. 15 de março a 24 de julho de 1914.
- Benjamin Liberato Barroso. Coronel. 24 de junho de 1914 a 12 de julho de 1916.
- João Tomé de Sabóia e Silva. Engenheiro. 12 de julho de 1916 a 12 de julho de 1920
- Justiniano de Serpa. Bacharel em Direito. 12 de junho de1920 a 12 de julho de 1923.
- Ildefonso Albano. Comerciante. 12 de junho de 1923 a 12 de julho de 1924.
- José Moreira da Rocha. Desembargador. 12 de julho de 1924 a 19 de maio de 1928.
- Eduardo Henrique Girão. Bacharel em Direito. Presidente da Assembleia. 19 de maio a 12 de julho de 1928.
- José Carlos de Matos Peixoto. Bacharel em Direito. 12 de julho 1928 a 08 de outubro 1930, deposto pela Revolução de 1930.

Interventores federais

- Manuel do Nascimento Fernandes Távora. Médico. 02 de outubro de 1930 a 13 de junho de 1931.
- João da Silva Leal. Major Engenheiro Militar. 13 de junho a 21 de setembro 1931.
- Roberto Carneiro de Mendonça. Militar. Capitão. 22 de setembro de 1931 a 15 de julho de 1934.
- Olívio Dorneles Câmara. Desembargador. Substituto eventual. 15 de novembro de 1932 a 23 de fevereiro de 1933 e 26 de junho a 28 de agosto e 12 a 17 de dezembro de 1933.
- George Cavalcante Siqueira. Substituição eventual. 16 de julho a 05 de setembro de 1934.
- Felipe Moreira Lima. Militar. Coronel. 05 de setembro de 1934 a 10 de maio de 1935.

- Franklin Monteiro Gondim. Industrial. Substituição eventual. 10 a 26 de maio de 1935.
- Francisco de Menezes Pimentel. Bacharel em Direito. 26.11.1937 a 03.11.1945. Demitido por Getúlio Vargas em 27.10.1945.
- José Martins Rodrigues. Bacharel em Direito. Substituição eventual. 16.04 a 18.07.1938.
- Manuel Antônio de Andrade Furtado. Bacharel em Direito. Substituição eventual. 31 de outubro a 15 de dezembro de 1939, 31 de outubro a 07 de dezembro de 1942, 17 de janeiro a 17 de março de 1944, 08 de janeiro a 16 de fevereiro de 1945 e 14 de junho a 25 de julho de 1945.
- Benedito Augusto Carvalho dos Santos. Doutor em Direito. 03 de novembro de 1945 a 10 de janeiro de 1946. Candidato a Deputado Federal, afastou-se do governo de 24 de novembro a 06 de dezembro de 1945.
- Daniel Augusto Lopes. Desembargador. Presidente do Tribunal de Apelação. Substituição eventual. 24 de novembro a 06 de dezembro de 1945.
- Tomaz Pompeu de Souza Brasil Filho. Médico. 10 a 21 de janeiro de 1946.
- Acrísio Moreira da Rocha. Odontólogo. 21 de janeiro a 16 de fevereiro de 1946.
- Pedro Firmeza. Bacharel em Direito. 16 de fevereiro a 02 de outubro de 1946.
- Luiz Cavalcante Sampaio. Substituição eventual. 07 a 28 de abril de 1946.
- Carlos Livino de Carvalho. Desembargador. 22 de março a 04 de abril e 22 de junho a 01 de julho de 1946.
- José Machado Lopes. Militar. Coronel. 28 de outubro de 1946 a 28 de janeiro de 1947.
- Luiz Cavalcante Sucupira. Professor. Substituição eventual. 29 de janeiro a 02 de fevereiro de 1947.
- Feliciano Augusto de Ataíde. Desembargador. Tomou posse a 03 de fevereiro de 1947.

Governadores

- Faustino de Albuquerque e Sousa. Desembargador. 1947 a 1951.
- Raul Barbosa. Bacharel em Direito. 1951 a 1954.
- Stênio Gomes da Silva. Bacharel em Direito. 1954 a 1955.
- Paulo Sarasate Ferreira Lopes. Jornalista. 1955 a 1958.
- Flávio Portela Marcílio. Bacharel em Direito. 1958 a 1959.
- José Parsifal Barroso. Bacharel em Direito. 1959 a 1963.
- Virgílio de Moraes Fernandes Távora. Militar. 1963 a 1966.
- Franklin Gondim Chaves. Proprietário Rural. 1966.
- Plácido Aderaldo Castelo. Bacharel em Direito e Professor. 1966 a 1971.
- César Cals de Oliveira Filho. Militar. Coronel de Engenharia. 1971 a 1975.
- José Adauto Bezerra. Militar. 1975 a 1978.
- José Waldemar de Alcântara e Silva. Médico. 1978 a 1979.
- Virgílio de Moraes Fernandes Távora. 1979 a 1982.
- Manuel de Castro Filho. Bacharel em Direito. 1982 a 1983.
- Luiz de Gonzaga Fonseca Mota. Economista e Professor. 1983 a 1987.
- Tasso Ribeiro Jereissati. Empresário. 1987 a 1991, 1995 a 1998 e 1999 a 2002.
- Ciro Ferreira Gomes. Bacharel em Direito. 1991 a 1994.
- Lúcio Gonçalo de Alcântara. Médico. 2003 a 2006.
- Cid Ferreira Gomes. Engenheiro Civil. 2007 a 2010 e 2011 a 2014.
- Camilo Sobreira Santana. Agrônomo. 2015 a 2018.
- Isolda Cela, na ausência temporária do Governador Camilo Santana. Primeira mulher a assumir o governo do Ceará, de 14 a 20 de agosto de 2015.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANUÁRIO do Ceará. 2016-2017. Fortaleza: Grupo de Comunicação O Povo, 2016. p. 297-299.

CAMARGO, Angélica Ricci. Capitão e Governador de Capitania. Disponível em: < http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4861>. Acesso em: 30 ago. 2016.

COSTA, Cruz. Pequena História da República. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FARIAS, Airton de. História do Ceará. 7. ed. rev. e ampl. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FILHO, Cruz. História do Ceará (resumo didático). 1931.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista. Dissertação de mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense. 2009.

OLIVEIRA, Almir Leal de; BARBOSA, Ivone Cordeiro (Orgs.).

Leis Provinciais: Estado e cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr.José Liberato Barroso. Tomo III. Fortaleza: INESP, 2009. p. 747.